

**Banco do  
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

## **ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE**

### **INFORME INDÚSTRIA E SERVIÇOS**

#### **CRIATIVIDADE E CULTURA: ASPECTOS ECONÔMICOS**

**ANO IV – Nº 15  
JULHO 2010**

---

**Banco do  
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

## **ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

### **Superintendente**

José Narciso Sobrinho

### **Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – AEPA**

**Gerente:** Jânia Maria Pinho Souza

### **Célula de Estudos Macroeconômicos, Industriais e de Serviços**

**Gerente:** Airton Saboya Valente Júnior

### **Informes Técnicos ETENE: Macroeconomia, Indústria e Serviços**

**Coordenador:** Airton Saboya Valente Júnior

### **Informe Setorial – Criatividade e Cultural: Aspectos econômicos**

**Autor:** Luciano Carvalho Vivas

**Revisão Vernacular:** Hermano José Pinho

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente texto trata sobre os temas economia da cultura e economia criativa. De caráter introdutório, fornece conceitos e informações gerais sobre a temática, apresentando números sobre emprego, participação no Produto Interno Bruto e empresas envolvidas no País. Num segundo momento, complementarmente, apresentam-se, dada a importância do assunto para a Região Nordeste, as iniciativas do principal agente financeiro de fomento regional do Governo Federal, o Banco do Nordeste do Brasil, na área cultural.

## **2. ECONOMIAS DA CULTURA E CRIATIVA: CONCEITOS, IMPORTÂNCIA E HISTÓRICO**

No ano de 1966, com o patrocínio da Fundação Ford, William Baumol e William Bower realizaram um dos trabalhos que posteriormente passou a ser tomado como referência num tema até então negligenciado pelos economistas: a relação entre atividade econômica e as artes.

Buscando analisar diversos aspectos, como custos, hábitos de consumo, tamanho dos estabelecimentos, preços de espetáculos, o estudo tinha como motivação primordial analisar as decrescentes taxas de rentabilidade dos teatros tradicionais (MORAES, 2009).

Posteriormente, esforços neste sentido também foram empreendidos em outros países, inclusive incorporando o conceito de cultura em suas estratégias de desenvolvimento (IBGEa, 2007).

No âmbito institucional, observam-se, inclusive, iniciativas no sentido de estabelecer parâmetros de mensuração e avaliação da importância dos bens e serviços culturais, a exemplo dos esforços da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization): panorama elaborado no ano de 2009 para embasar a elaboração de estatísticas culturais (The 2009 UNESCO Framework for Cultural Statistics - FCS); e trabalho sobre o fluxo internacional de bens e serviços culturais, referente ao período de 1994-2003 (International Flows of Selected Cultural Goods and Services, 1994-2003).

No Brasil, segundo Lins (2006), a área cultural já foi abordada em diversos períodos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): em 1920, considerando a evolução dos meios de comunicações; em 1940, no trabalho “A Cultura Brasileira”, apresentando dados sobre editoras, tipografias, produção e vendas de livros, revistas, existência de bibliotecas; em 1980, com um inquérito especial sobre cultura no Brasil; e mais recentemente, com o trabalho Perfil de Informações Municipais Básicas – Munic que desde de sua primeira edição, em 1999 à apresentada em 2009, realiza levantamentos sobre a existência de equipamentos culturais e de meios de comunicação nos municípios brasileiros.

Em 2007, o IBGE publicou o resultado de estudo sobre o setor cultural, fruto de convênio entre este e o Ministério da Cultura, nos moldes de trabalho publicado no ano anterior, analisando informações referentes ao período entre 2003 e 2005: o Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005.

O Instituto reconhece, neste trabalho, dificuldades ao tratar do tema cultura, levando em consideração algumas características que por vezes permeiam a atividade cultural, como a informalidade, a espontaneidade, ou mesmo a marginalidade das suas manifestações, além da pluralidade e da imaterialidade de suas práticas.

No citado trabalho o IBGE adotou como ponto de partida a definição de setor cultural formulada pela UNESCO, que considera atividades econômicas geradoras de bens e serviços relacionadas:

(...) à criação, produção, e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais em sua natureza. Estes conteúdos estão protegidos pelo direito autoral e podem tomar a forma de bens e serviços. São indústrias em trabalho e conhecimento e que estimulam a criatividade e incentivam a inovação dos processos de produção e comercialização (IBGE, 2007, p. 16).

Conceituar economia da cultura, neste caso e para outros estudos, tem como objetivo delimitar as atividades nela inclusas. Há de se observar que outros campos, ou áreas, guardam estreita relação com a denominada economia da cultura, como é o caso da economia criativa.

Bendassolli e Jr. citam a diferença entre ambas, retomando distinção original do Great London Council, que considera como indústrias culturais, aquelas “artisticamente-centradas” e as indústrias criativas aquelas baseadas em reprodução tecnológica e direcionadas para o mercado de massa.

Segundo Bendassolli *et. alli*, alguns pontos principais normalmente permeiam os textos de análise sobre o tema indústrias criativas: primeiro - nas indústrias criativas a criatividade é o elemento central e necessário à geração de propriedade intelectual; segundo - a cultura é tratada na forma de objetos culturais, definidos pela carga dos sentimentos socialmente compartilhados, derivando o seu valor de tal atributo; terceiro - indústrias criativas transformam esses significados em propriedade intelectual e, portanto, valor econômico; quarto – observa-se convergência entre artes, negócios e tecnologia.

Reis (2007) coloca muito apropriadamente estas diferenças numa perspectiva histórica, atribuindo o nascimento da primeira “disciplina”, economia da cultura, ao estudo encomendado pela Fundação Ford, remetendo o campo de estudo da mesma ao potencial que nossas tradições, produtos e serviços culturais têm para criar oportunidades de renda. A economia criativa, por sua vez, “vem à luz” nos anos oitenta, na Austrália, ganhando força no Reino Unido, em resposta às preocupações do então primeiro ministro Tony Blair (1997) sobre a decadência manufatureira nacional e as potencialidades que determinadas indústrias (no sentido de setores) teriam para reerguer a economia.

Como ressalta a mesma autora, se entre as atividades abrangidas pelas indústrias criativas, pode-se incluir o artesanato, música, teatro (forte conexão com a cultura), esta se caracteriza também pela possibilidade de geração de direitos de propriedade intelectual, em especial direitos autorais, abarcando atividades de forte pujança econômica, mas questionável conteúdo cultural, como propaganda e software.

Estudo encomendado pela Comissão Europeia para Cultura, o primeiro para o âmbito deste continente, agrega em círculos as atividades que compõem as indústrias cultural e a criativa. Segundo esta divisão, um núcleo seria composto por atividades não industriais densamente criativas, como a pintura, fotografia, teatro, dança, circo, museus e livrarias (artes visuais, artes performáticas e acervo histórico).

Um segundo círculo, compreendendo as denominadas indústrias culturais, abarcaria as atividades destinadas à reprodução em massa e cujos resultados são baseados em direitos autorais, como filmes e vídeo, televisão, rádio, videogame e livros.

O círculo da denominada indústria criativa propriamente dita, comportaria atividades que seriam essencialmente dependentes da criatividade pessoal e das habilidades advindas do

campo das artes e da cultura (recursos para inovação), incluindo design, a arquitetura e a publicidade.

Outras industriais relacionadas incluiriam, ainda de acordo com esta classificação, a fabricação de computadores pessoais, *MP3 players*, móveis, atividade difíceis de selecionar através de critérios claros, sendo basicamente dependentes do círculo anterior (indústrias criativas).

Não obstante, os principais trabalhos de referência para economia da cultura no Brasil, Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), o referente a 2003 e aquele que considera o período de 2003 a 2005, realizados pelo IBGE, também abarcam uma quantidade considerável de atividades, subdividindo-as em direta e indiretamente relacionadas à cultura:

Consideram-se como atividades econômicas diretamente relacionadas à cultura as atividades características que são típicas da cultura, tradicionalmente ligadas às artes. Foram incluídas as atividades de edição de livros, rádio, televisão, teatro, música, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico. Como atividades econômicas indiretamente relacionadas à cultura estão aquelas que agregam atividades propriamente culturais e outras que não podem ser caracterizadas como tal. Nestas, destacam-se, por exemplo, as atividades de “comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações”, que compreendem atividades diretamente relacionadas à cultura (livros, jornais, revistas, publicações, periódicos etc.) e outras que, embora façam parte do processo de produção, não estão estritamente relacionadas à cultura (artefatos de papel, de papelão, artigos de escritório, de papelaria, escolares, cadernos, etiquetas de papel, entre outros). (IBGE, 2007).

Ao analisar a lista de atividades econômicas consideradas culturais pelo IBGE, percebe-se o quanto podem variar os critérios para delimitar este setor. Ao considerar a fabricação de computadores pessoais, ou as atividades de designers (desenho industrial) e dos profissionais do marketing, o IBGE inclui atividades que a Comissão Europeia para Cultura, por exemplo, considera componentes das denominadas indústrias criativas, ou mesmo indústrias a estas relacionadas.

No estudo a ser aqui analisado, último elaborado pelo IBGE, e que fornece uma ideia da importância da economia da cultura (SIIC, 2003-2005), são apresentados números relativos à produção, gastos das famílias, características da mão de obra ocupada, excluindo atividades estritamente ligadas ao turismo, esporte, meio ambiente e religião. De forma complementar, faz-se referência a informações sobre as despesas das famílias brasileiras em cultura.

A importância da cultura para a economia, como comprovaram os dados, justificou os esforços empreendidos neste levantamento. Entre 2003 e 2005, o total de pessoas trabalhando em empresas do setor cultural cresceu 14,2%, contra 10,9% do total da economia, compondo o correspondente a 1.635.294 pessoas empregadas, 4,1% do total (IBGE, 2007).

O percentual de firmas voltadas à atividade cultural é mais elevado, 5,7%, ou 321.395. O crescimento das empresas dedicadas à cultura foi também mais robusto: 19,4%, contra 9,3% do resto da economia entre 2003 e 2005.

Quanto ao porte, as empresas dedicadas a atividades culturais tendem a possuir, em média, um menor número de pessoas ocupadas, aproximadamente cinco (5,08), enquanto aquelas do restante da economia possuíam uma média de quase sete (6,98). As empresas de menor porte, com menos de 100 funcionários, totalizariam 63,6% dos empregados do setor cultural, enquanto no total da economia este percentual seria de menos da metade (48,6%).

Informações complementares, provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, provenientes da análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), inclusas no SIIC, 2003-2005, explicitam que dos 89,3 milhões de trabalhadores com dez anos ou mais no Brasil, 4,2 milhões exerciam atividades culturais (equivalente a 4,7% do total).

Observa-se que no Sudeste e no Sul, os percentuais de pessoas dedicadas a atividades culturais eram os mais elevados, 5,7% e 4,8%, respectivamente, seguidos pelo Nordeste, 4,0%, Centro-Oeste, 3,8% e Norte, 3,2% (ano de 2006).

Quanto às características populacionais dos envolvidos (ano 2006) em atividades culturais, nota-se: maior incidência de pessoas brancas (59,0%, ante 51,0% no total da população); participação menos intensa dos homens (51,5%), contra 57,5% no total da população; quase 1/3, ou 28,8%, eram jovens (com idade inferior a 24 anos), contra 22,4% na população total; maior grau de escolaridade, mais da metade, 55,9%, possuíam onze anos ou mais de estudo, um percentual superior ao encontrado no resto da população ocupada com dez anos ou mais de idade, 37,6%.

A despeito de reunir pessoas com maior grau de instrução, a remuneração média alcançada neste setor era, em 2006, de R\$ 846,00, portanto, próximo ao valor do total da população (R\$ 848,00). No Nordeste a situação é mais peculiar, com a remuneração para os três anos apresentados na pesquisa sistematicamente menor para a atividade cultural.

O percentual de pessoas envolvidas em atividades culturais, 56,7%, e que exercem-nas por conta própria ou sem possuir carteira assinada, mais elevado do que a média geral, 38,9%, coincide com o menor percentual de contribuintes, 45,3%, da Previdência Social nas atividades culturais, contra 48,6% no total da população.

Na Região Nordeste esta situação se acentua, com 72,0% daqueles envolvidos com atividades culturais trabalhando por conta própria, ou empregados sem carteira assinada, e 74,8% não contribuintes da previdência.

Em termos de produção, a SIIC, 2003-2005 fornece uma aproximação da participação e importância do setor cultural. Este contribuiria com 11,1% da total, ou o equivalente a R\$ 95 bilhões em 2005. Deste total, R\$ 68 bilhões (71,1%) proviria dos serviços culturais, R\$ 23 bilhões (24,5%) das atividades culturais da indústria de transformação e R\$ 4 bilhões (4,3%) das atividades comerciais<sup>1</sup>.

Análises das Pesquisas de Orçamentos Familiares POF (2002-2003) foram realizadas com o intuito de verificar a participação dos gastos culturais no orçamento das famílias. Machado e Diniz (2009) analisaram o consumo de bens e serviços culturais nas metrópoles brasileiras, enquanto Silva, Araújo e Souza (2006) avaliaram os dados da POF (2002-2003), estimando os dispêndios culturais das famílias em R\$ 31,9 bilhões para o ano de 2002.

Em 2002, segundo Silva, Araújo e Souza (2006), os gastos concentraram-se basicamente em itens audiovisuais, 41,2%, tendo sido relevante parcela direcionada à aquisição de aparelhos: televisor, 33,3%, e equipamento de vídeo, 8,0%. A compra de conteúdo (vídeo), segundo os autores, teria consumido R\$ 2,4 bilhões, ou 18,4% deste total.

---

<sup>1</sup> Valor Adicionado nos casos do comércio e dos serviços e Valor da Transformação Industrial, no caso da indústria. O valor adicionado considera: “a diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário. Cálculo sem os ajustes metodológicos das Contas Nacionais que incluem a análise e tratamento dos elementos do custo intermediário e estimativas para a produção de autônomos e unidades produtivas da economia informal”. O valor da transformação industrial compreende: “Diferença entre o valor bruto da produção industrial e o custo das operações industriais” (IBGEa, 2007).

O segundo item mais importante, Leitura, concentrou menos da metade do primeiro (15,6%). Parcela considerável dos gastos, 68,8%, foi direcionada à aquisição de periódicos (jornais, revistas etc), enquanto 20,0% referiram-se a livros didáticos, restando apenas 11,2% direcionados aos livros religiosos e de literatura.

Microinformática e Industria fonográfica, que incluem desde a aquisição de mídias a compra de equipamentos e despesa com acesso a Internet, responderam, cada um, por 14,6% dos gastos culturais, restando aos itens Outras saídas e Espetáculos ao vivo e artes (boate, danceteria, zoológico etc) despesas da ordem de 7,3% e 6,7%, respectivamente.

Limitações existem na utilização da POF para mensurar a oferta de bens culturais, sendo, inclusive, reconhecidas pelos elaboradores desse estudo. Segundo os próprios autores, as despesas familiares, mensuradas pela POF, não serviriam, ao menos diretamente, como indicador de preferências de consumo, uma vez que preços e salários impõem restrições de acesso aos bens culturais desejados.

Outra limitação é a de que ao apresentar somente os gastos das famílias, estariam sendo desconsideradas as iniciativas governamentais de fornecimento de bens e serviços culturais, como shows musicais e apresentações de teatro financiados pelo poder público e oferecidos gratuitamente à população.

Neste sentido, podem ser apresentados dados referentes à contribuição dos poderes públicos na produção de bens e serviços culturais (dados da SIIC, 2003-2005), ressaltando que, como os bens e serviços governamentais não são objeto de transação em mercado, convencionou-se que sua produção seja mensurada pelos custos incorridos.

Segundo o IBGE, as despesas com cultura corresponderam a somente 0,2% do orçamento de todas as esferas de governo em 2005, o equivalente a R\$ 3,12 bilhões de reais. Desse total, a maior parte, 47,2%, (R\$ 1,47 bilhão) foi proveniente da esfera estadual, 36,0% advieram da esfera municipal (R\$ 1,12 bilhão) e 16,7% (R\$ 0,523 bilhão) do Governo Federal. A exclusão dos dados referentes aos incentivos fiscais concedidos a empresas que investem em projetos culturais, no entanto, subestima os valores destinados pelas diversas esferas governamentais ao setor.

Na esfera federal, as despesas concentraram-se no Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundo Nacional de Cultura, notando-se elevação dos recursos disponíveis nos últimos três anos (2003 a 2005), a exemplo do Fundo Nacional de Cultura que teve seu volume de recursos mais do que duplicado no período. Para esta esfera, o IBGE não disponibiliza a distribuição regional em cultura<sup>2</sup>

Na esfera estadual, nota-se elevada participação da Bahia nas despesas totais em cultura, o equivalente a 10,6% no ano de 2005, fazendo do Estado o segundo maior em termos percentuais, perdendo apenas para o Estado de São Paulo, responsável por 28,2% do total das despesas, fato este que chama a atenção pois o Estado nordestino, respondeu no mesmo ano por 4,2% do Produto Interno Bruto, superando, em termos relativos, estados mais abastados como Minas Gerais (9,0% do PIB e 4,8% das despesas com cultura) e o Rio de Janeiro (11,5% do PIB e 6,0% dos gastos estaduais em cultura).

---

<sup>2</sup> A análise da distribuição dos gastos federais com cultura por regiões não foi inclusa no trabalho do IBGE provavelmente devido à concentração de sedes de órgãos federais em Brasília, o que provocaria distorções, uma vez que elevaria a participação do Centro-Oeste no total. Diferenças em termos de proporcionalidade da distribuição das despesas com cultura das três esferas exemplificam estas distorções: a Região Centro-Oeste possuía o maior valor *per capita* (R\$ 39,31); Sudeste e Norte apresentavam valores aproximados (R\$ 17,78 e R\$ 17,04, respectivamente); e Sul e Nordeste os menores valores (R\$ 12,76 e R\$ 11,90).

Em termos de distribuição dos gastos estaduais (mesmo com o desempenho diferenciado da Bahia), ou municipais, ambos tomados de forma isolada, nota-se distribuição das despesas semelhante à da população, com o Nordeste (com 28,0% da população) concentrando o equivalente a 23,0% das despesas municipais e 26,2% das despesas estaduais. O Sudeste concentrou o equivalente a 40,2% das despesas estaduais e 51,4% das despesas municipais (2005).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A economia da cultura, como bem frisa Tolila (2007), importa para qualquer sociedade, desenvolvida ou em desenvolvimento, sob três diferentes aspectos. Como setor econômico – cujo breve panorama foi apresentado anteriormente – como setor com impactos diferentes sobre outros setores e como setor participante, como a educação e a pesquisa, da formação das capacidades requisitadas pelas novas economias do conhecimento.

Tendo em vista a importância do Banco do Nordeste, sendo inclusive uma das principais instituições voltadas para o desenvolvimento regional na América Latina e, enquanto sociedade de economia mista controlada pela União, tem por objeto social: “a promoção do desenvolvimento e a circulação de bens por meio da prestação de assistência financeira, de serviços, técnica e de capacitação a empreendimentos de interesse econômico e social”, torna-se pertinente observar se, e como, essa instituição atua no setor cultural (BNB, 2010a).

Para a Região Nordeste, especificamente, importam algumas relações entre cultura e o nível de dinamismo em alguns setores, bem como as possibilidades em termos de ampliação e geração de renda.

Cultura e turismo, a exemplo, conformam-se, segundo o Ministério do Turismo Brasileiro (2006): “em suas diversas combinações, um segmento denominado Turismo Cultural – que se materializa quando o turista é motivado a se deslocar especialmente com a finalidade de vivenciar aspectos e situações que podem ser considerados particularidades da cultura”.

O crescimento do número de unidades habitacionais do setor hoteleiro e de sua taxa de ocupação, notados nas capitais nordestinas no período de 1996 a 2006 (Freire, 2009), comprovam o dinamismo que a atividade turística possui na Região. A valorização das atividades culturais e das heranças comunitárias serviria, em certa medida, como instrumento de diferenciação em relação aos destinos baseados meramente em belezas naturais, ampliando as opções disponíveis aos turistas e estendendo, ou mesmo criando, períodos propícios para esta atividade para além da denominada alta estação.

O artesanato, como expressão cultural, também se apresenta como ponto de contato entre a cultura e o desenvolvimento. A elaboração de móveis e objetos de decoração exclusivos e diferenciados de acordo com as características culturais de uma localidade, a eliminação de intermediários e a organização de canais de comercialização, são alternativas para a valorização e escoamento da produção de bens desta natureza, possibilitando geração de empregos e melhoria da renda em algumas localidades.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a instituição Banco do Nordeste coloca à disposição instrumentos creditícios voltados ao desenvolvimento da economia da cultura, tendo em consideração portes e áreas de atuação diversificados. A disponibilização de recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), mediante o programa Cresce Nordeste



– Cultura, a exemplo, possui a finalidade de viabilizar implantações, ampliações, reformas, aquisições e capacitação de mão de obra nas atividades de promoção de espetáculos, eventos culturais, produção e comércio de livros e CDs (BNB, 2010b).

Ainda em relação ao crédito, empreendimentos voltados ao desenvolvimento de atividades artesanais podem ser financiados pelo BNB, através do programa Crediamigo. Com valores iniciais que variam de R\$ 100,00 a R\$ 4.000,00, e de acordo com a necessidade, porte do negócio e experiência do empreendedor, o Programa oferece ainda acompanhamento e orientação para a melhor aplicação dos recursos (BNB, 2010c).

Em harmonia com o exposto por Tolila, existem, ainda, as atividades consideradas culturais que contribuem para a formação das capacidades valorizadas pela nova economia do conhecimento.

O FUNDECI (Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), criado em 1971 e administrado desde então pelo BNB, serve como fonte de recursos justamente para financiamento de atividades de pesquisa, treinamento de pessoal e difusão de tecnologias voltadas para o desenvolvimento, adaptação ou aperfeiçoamento de produtos e processos de interesse para o setor produtivo da Região. Aliado a outros dois fundos, o FASE (Fundo de Apoio às Atividades Socioeconômicas do Nordeste), criado em 1980 e o FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional), instituído em 1987, o FUNDECI disponibilizou recursos da ordem de R\$ 20,8 milhões em 2008, tendo esse último subsidiado a aplicação de recursos não reembolsáveis em 190 projetos, enquanto os dois anteriores apoiaram 269 projetos, abordando temas diversos, como a Pecuária, Agroindústria, Meio ambiente, Indústria, Aquicultura e Pesca, Energia e Saúde Humana (BNB, 2009).

Sachs (2005), reforçando a importância da cultura, vai mais além, atribuindo-lhe um significado que transcende a economia do mercado. As atividades culturais devem ser encorajadas por todos os meios como um vetor de plena realização do desenvolvimento das pessoas, uma maneira positiva de usar o tempo de não trabalho, de promover a convivialidade e de cimentar a identidade nacional.

Nesse sentido, fundamentais são as iniciativas do estado na promoção do acesso à cultura, seja pelo lado da demanda, oferecendo subsídios ao consumo ou pelo lado da oferta subsidiando apresentações culturais gratuitas, mantendo escolas de artes e cursos de informática, financiando filmes, shows e peças teatrais.

O programa BNB de Cultura ajusta-se a esse entendimento, na medida em que visa, por meio do financiamento de projetos nas áreas de Música, Artes cênicas, Artes visuais e Audiovisual (cinema, vídeo e mídias digitais), promover e proteger a diversidade cultural da Região, em suas diversas expressões, inclusive naqueles municípios menos providos de atividades dessa natureza.

Somente para o ano de 2011, mediante parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram previstos recursos da ordem de R\$ 6.000.000,00 para apoiar, prioritariamente, projetos culturais que estão fora da evidência do mercado e que contemplem a cultura da área de atuação do BNB, Nordeste e Norte de Minas e do Espírito Santo (BNB, 2010d).

Adicionalmente, o BNB mantém três centros culturais que contribuem com suas programações para a formação de platéias, democratização do acesso a bens culturais e disseminação da cultura regional. O primeiro foi instalado na cidade de Fortaleza, em 1998, o segundo iniciou suas atividades na Região do Cariri, (cidade de Juazeiro do Norte no Ceará), no ano de 2006, e o terceiro foi inaugurado na cidade de Souza, no Estado da Paraíba, em 2007.

As ações do BNB visando ao estímulo da cultura regional não ficam adstritas, portanto, a seu papel de agente financeiro (crédito), mas estendem-se à disponibilização de recursos não reembolsáveis para as áreas de pesquisa e treinamento de mão de obra, publicação de livros e periódicos (caso dos fundos FASE, FDR e FUNDECI) e à viabilização da oferta, e do acesso, à cultura por meio de editais e programação de seus centros culturais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Herton Ellery, SILVA, Frederico Barbosa, SOUZA, André Luis Souza. **O Consumo Cultural das Famílias Brasileiras**. in: Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas (volume 2). Brasília, IPEA, 2006.

BENDASSOLLI, Pedro F., CUNHA, Miguel Pina e, KIRSCHBAUM, Charles, JR. Wood Thomaz. **Indústrias criativas: Definição, limites e possibilidades**. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rae/v49n1/v49n1a03.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

BENDASSOLLI, Pedro, JR. Wood Thomaz. **Indústrias Criativas e a “Virada Cultural”**. Disponível em:<<http://www.pedrobendassolli.com/pesquisa/artigo2.doc>>. Acesso em: 07 jun. 2010.

BNB, **Balanco Social 2008**, Disponível em:<[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/o\\_banco/relacao\\_acionistas/docs/balanco\\_social\\_2008.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/o_banco/relacao_acionistas/docs/balanco_social_2008.pdf)> . Acesso em: 24 jun. 2010, Fortaleza, BNB, 2009.

BNB, **Crediamigo: Conheça o crediamigo**, Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos\\_e\\_Servicos/Crediamigo/gerados/O\\_que\\_e\\_objetivos.asp?idtr=crediamigo](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/O_que_e_objetivos.asp?idtr=crediamigo)>. Acesso em: 25 jun. 2010c.

BNB, **Cresce Nordeste – Cultura**, Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos\\_e\\_Servicos/Cresce\\_Nordeste/gerados/cresce\\_nordeste\\_cultura.asp?idTR=crescene](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Cresce_Nordeste/gerados/cresce_nordeste_cultura.asp?idTR=crescene)>. Acesso em: 25 jun 2010b.

BNB, **Cultura**, Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Cultura/Principal/gerados/principal\\_cultura.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Cultura/Principal/gerados/principal_cultura.asp)>. Acesso em: 25 jun. 2010d.

BNB, **Estatuto Social**: Consolidado na Assembléia Geral Extraordinária de 17/12/2009, Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/o\\_banco/acionistas/docs/83age\\_estatuto\\_consulta\\_internet\\_e\\_intranet\\_17dez2009.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/o_banco/acionistas/docs/83age_estatuto_consulta_internet_e_intranet_17dez2009.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2010a.

European Comission. **The economy of culture in Europe**. Disponível em:<[http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc873\\_en.htm](http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc873_en.htm)>. Acesso em: 07 jun. 2010.

FREIRE, Laura Lúcia Ramos. **A atividade turística no Nordeste**. Disponível em:<[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/iis\\_turismo\\_jan\\_dez\\_2009.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/docs/iis_turismo_jan_dez_2009.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2010.

IBGE. **Contas regionais – 2003 – 2007**: tabelas completas, 2007. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003\\_2007/defaulttabzip.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2007/defaulttabzip.shtm)>. Acesso em: 14 fev. 2010b.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Culturais, 2003-2005**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 01 jun. 2010a.

LINS, Cristina Pereira de Carvalho. **Indicadores Culturais**: Limites e possibilidades as bases de dados do IBGE. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/edc\\_cristinapereira\\_1148588640.pdf](http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/edc_cristinapereira_1148588640.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2010

Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. Disponível em: <[http://institucional.turismo.gov.br/arquivos\\_open/diretrizes\\_manuais/TurismoCultural.pdf](http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/TurismoCultural.pdf)>. Acesso em 22 jun. 2010.

MORAES, Julio Lucchesi. **Economia da Cultura**: a tradição anglo-saxônica. Disponível em: <[http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2009/10\\_24-26-jul.pdf](http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2009/10_24-26-jul.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2010.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura ou economia criativa? Pondo os pingos nos is**. Disponível em: <<http://www.culturaemercado.com.br/ideias/economia-da-cultura-ou-economia-criativa-pondo-os-pingos-nos-is/>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

TOLILA, Paul. **Cultura e economia**: Problemas, hipóteses e pistas. São Paulo: Editora Iluminuras, 2007.